CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE n° 2275/73

PARECER CEE N° 2398/73

Aprovado por Deliberação
de 12/11/73

INTERESSADO: OLÍMPIA MARIA OLIVEIRA

ASSUNTO : Validade de "Certificado de Licença Ginásial", expedido
pelo Colégio Salesiano "Dom Luiz Lasagna" de Araçatuba

CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU

RELATOR : Cons. João B. Salles da Silva

1. HISTÓRICO

1.1 - O Liceu Professor "José Geraldo Keppe", de Araçatuba, encaminhou à inspetoria Seccional, para ser "vistoriado e validado", o "Certificado de Licença Ginásial" expedido pelo Colégio Salesiano "Dom Luiz Lasagna", de Araçatuba à interessada em 15 de fevereiro de 1971 e referente a exames prestados em fevereiro de 1966 e junho do mesmo ano.

1.2 - O processo foi encaminhado à 2ª Delegacia de Ensino Secundário e Normal de Araçatuba, tendo a Sra. Delegada informado que a interessada eliminou 4 matérias em fevereiro de 1966 e o restante em Junho do mesmo ano, contrariando assim o artigo 76 da Consolidação da Legislação de Ensino Secundário, após a LDBEN pois o mesmo estabelece que os exames devem ser realizados parceladamente, em épocas compreendidas no período de dois anos letivos e o parágrafo 1º determina que o ano letivo compreende 150 dias. Concluindo que o certificado apresentava irregularidade, a Sra. Delegada o transmite, à IX DRE - Araçatuba.

1.3 - O processo é encaminhado pela IX DRE ao Serviço de "Verificação de Vida Escolar", do Departamento do Ensino Secundário e Normal, tendo o Sr. Valdemar dos Anjos Bernardi, Assistente Técnico, esclarecido melhor a matéria e emitido, em resumo, o seguinte parecer:

1.3.1 - Após historiar o caso, o Sr. Assistente Técnico informou que a redação inicial do artigo 99 da Lei 4024/61, estabelecia que os exames de madureza deveriam ser realizados, no mínimo, em dois anos e no máximo, em três anos.

1.3.2 - O Decreto-Lei n° 709/69, alterou o artigo 99 da Lei 4024/61 eliminando a restrição então vigente quanto ao tempo mínimo e máximo.

1.3.3 - "Por ocasião dos exames prestados por Olímpia Maria de Oliveira, não era permitido eliminar todas as disciplinas, razão por que, em princípio (o grifo e nosso), o certificado expedido está inquinado de nulidade. Conclui, considerando que a culpa maior cabe ao estabelecimento de ensino e propõe a remessa do processo a este CEE. Essa providência foi tomada através do Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria da Educação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - Olímpia Maria de Oliveira eliminou todas as disciplinas exigidas pelo "Exame de Madureza" para a obtenção do "Certificado de Licença Ginásial" no regime federal, demonstrando possíveis conhecimentos requeridos para sua aprovação. Obteve as seguintes notas: Português 5,0; Matemática 5,5; Ciências 7,0; História do Brasil 7,0; Geografia Geral e do Brasil 6,0.

2.2 - O Prof. Henrique Gamba, Chefe de Gabinete, em ofício dirigido ao Diretor da Escola Superior de Educação Física e Técnica Desportiva, de Araçatuba, informa "que o documento feito no regime federal é autêntico".

2.3 - Há apenas uma irregularidade: a lei então vigente não permitia que todos os exames fossem feitos num só ano.

2.4 - Em 1969, pelo Decreto-lei nº 709, essa disposição legal foi modificada e hoje a Lei Federal 5692/71, ainda mais liberal, permite que o aluno preste exames supletivos de 2º grau sem mesmo ter feito os do 1º.

2.5 - Consideramos, como aprovou o Sr. Waldemar dos Anjos Bernardi, Assistente Técnico da CEBN, que a retroatividade da Lei pode ser admitida, desde que não contrarie direitos adquiridos, nem o ato perfeito ou a coisa julgada.

2.6. - A culpa não cabe à aluna, mas ao estabelecimento de ensino que permitiu que realizasse os exames supletivos no mesmo ano, contrariando dispositivos legais.

3. CONCLUSÃO

A vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça a validade do Certificado de Licença Ginásial expedido a Olímpia Maria de Oliveira pelo Colégio Salesiano "Dom Luiz Lasagna", de Araçatuba.

São Paulo, 3 de outubro de 1973.

a) Conselheiro João Baptista Salles da Silva - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do Voto do nobre Conselheiro, estando presentes os nobres Conselheiros: Eloysio R. da Silva, João B. Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada L. Monteiro e Therezinha Fram.

Sala das Sessões, em 10 de outubro de 1973.

a) Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar-Presidente

Aprovado por unanimidade na 525ª Sessão Plenária, hoje realizada.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de novembro de 1973.

a) José Borges dos Santos Júnior - Presidente